PROTECÇÃO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Natalia Torres Zuniga

QUESTÕES:

- Você tem alguma experiência ou conhecimento sobre os sistemas universal e regional? Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?
- Qual a sua opinião sobre o funcionamento dos sistemas regionais de protecção dos direitos humanos? Você está ciente dos desafios que os sistemas regionais de direitos humanos enfrentam?

PROTECÇÃO REGIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Os mecanismos regionais de direitos humanos desempenham um papel importante na monitorização do cumprimento pelo governo das obrigações de direitos humanos. Eles operam em coexistência harmoniosa com o regime universal.
- Existem três principais sistemas regionais de protecção dos direitos humanos:
 - A Organização dos Estados Americanos.
 - O Conselho da Europa.
 - A Organização da Unidade Africana / União Africana.

PROTECÇÃO REGIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

- Os três sistemas de protecção dos direitos humanos têm como característica fundamental: a existência de mecanismos de denúncia, cuja natureza é judicial e quase judicial. *Quais são as diferenças entre mecanismos judiciais e quase judiciais?*
- Indivíduos UTILIZAM ESSES MECANISMOS e podem procurar justiça e reparação por violações de direitos humanos cometidas por um Estado Parte. Um Estado Parte é um Estado que ratificou um dos tratados regionais de direitos humanos.

PROTECÇÃO REGIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

	TRATADO	MECANISMO JUDICIAL	MECANISMO QUASE JUDICIAL
Sistema Europeu de Direitos Humanos	Convenção para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	Comité Europeu dos Direitos Sociais
Sistema Inter-Americano de Direitos Humanos	Convenção Americana sobre Direitos Humanos (direitos civis e políticos)	Corte Inter-Americana de Direitos Humanos	Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos
Sistema Africano de Direitos Humanos	A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos	Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Quais poderiam ser as vantagens de desenvolver sistemas regionais de direitos humanos?

- **Acessibilidade:** os indivíduos têm mais acessibilidade aos mecanismos de protecção dos direitos humanos (geografia, linguagem, familiaridade).
- **Exigibilidade:** Os sistemas regionais podem facilitar o cumprimento das obrigações de direitos humanos. Os países vizinhos podem exercer mais pressão para alcançar a implementação e conformidade.
- **Promoção:** Além de decidir queixas individuais, os sistemas regionais de direitos humanos envolvem-se numa série de actividades de **monitorização e promoção** dos direitos humanos.

Sistemas Regionais e Sistemas Nacionais

Princípio da subsidiariedade

- Os sistemas de direitos humanos não pretendem substituir o papel dos tribunais nacionais.
- Um primeiro requisito geral para iniciar um procedimento antes de qualquer um dos sistemas regionais de direitos humanos é **PRIMEIRO** tentar resolver as supostas violações de direitos humanos usando os recursos locais disponíveis e apropriados.

Impacto dos tratados de direitos humanos nas ordens jurídicas nacionais

- A jurisprudência dos tribunais regionais constitui uma importante fonte de informação e orientação para juízes e advogados ao nível nacional (palavras-chave: diálogo entre juízes, interpretação evolutiva).

SISTEMA AFRICANO DE DIREITOS HUMANOS

- União Africana: 55 membros
- Instrumentos:
 - A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (1982)
 - Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (1990)
 - Protocolo à Carta Africana dos Direitos das Mulheres em África (2003)

Carta Africana

- A Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos reconhece os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de seres humanos individuais:
 - o direito ao respeito pela sua vida e integridade pessoal - art. 4
 - o direito de respeitar a dignidade inerente à pessoa como ser humano, incluindo a liberdade contra a escravidão, o tráfico de escravos, a tortura, a punição e tratamento cruéis, desumanos ou degradantes - art. 5
 - o direito à educação e a participar livremente da vida cultural de um país - art. 17
 - o direito da família, do idoso e do deficiente a medidas especiais de protecção - art. 18
- A Carta Africana reconhece os seguintes direitos dos povos:
 - o direito à existência de todos os povos, incluindo o direito à autodeterminação.
 - o direito de todos os povos de ajudar na sua luta de libertação contra a dominação estrangeira, “seja política, económica ou cultural” - art. 20
 - o direito de todos os povos disporem livremente de sua riqueza e recursos naturais - art. 21
 - o direito de todos os povos ao seu desenvolvimento económico, social e cultural - art. 22
 - o direito de todos os povos à paz e à segurança nacional e internacional - art. 23
 - o direito de todos os povos “a um ambiente geral satisfatório e favorável ao seu desenvolvimento” - art. 24

ORGÃOS

- A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos é competente para:
 - promover os direitos humanos, colectando documentos, realizando estudos, divulgando informações, fazendo recomendações, formulando regras e princípios e cooperando com outras instituições;
 - assegurar a protecção dos direitos humanos e dos povos, recebendo (a) comunicações interestaduais; (b) comunicações diferentes das dos Estados Partes; e (c) relatórios periódicos dos Estados Partes.

O Tribunal Africano:

O protocolo sobre o estabelecimento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (1998) procurou criar um tribunal que complementasse e reforçasse o trabalho da Comissão. Entrou em vigor em 2004 após a 15ª ratificação. Trinta Estados Africanos reconhecem a jurisdição do Tribunal para examinar alegações de violações de direitos humanos consagradas em vários instrumentos.

PROBLEMAS NO SISTEMA AFRICANO

- Resistência contra o Tribunal Africano e a Comissão Africana:
 - Quais são as causas da resistência?
 - Rwanda, Tanzânia, Angola
 - Como está a situação noutros sistemas regionais de direitos humanos? Eles enfrentam resistência?
- Ratificação vs. Execução:
 - É melhor que os Estados ratifiquem os tratados de direitos humanos e trabalhem em prol dos seus objectivos ou devem os Estados evitar a ratificação de um tratado de direitos humanos até que estejam em posição de cumprir e fazer cumprir todas as obrigações e direitos decorrentes desse tratado?
 - Centro de Acção Case de Direitos Económicos e Sociais (SERAC) e Centro de Direitos Económicos e Sociais (CESR) / Nigéria

SISTEMA INTER-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Organização dos Estados Americanos: 35 membros

INSTRUMENTOS:

- Declaração Americana sobre os direitos e deveres do Homem (1948)
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969)
- Outros (protocolos)

ORGÃOS

- A Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos tem funções diversas: preparar estudos ou relatórios sobre a situação dos direitos humanos na região. Fazer recomendações aos governos dos Estados membros, para a adopção de medidas progressistas em favor dos direitos humanos. Receber, analisar e investigar petições individuais que alegam violações de direitos humanos, tanto em relação aos Estados membros da OEA que ratificaram a Convenção Americana, quanto aos Estados membros que a não ratificaram.

ORGÃOS

- A Corte Inter-Americana de Direitos Humanos
 - A Corte Inter-Americana de Direitos Humanos é competente para examinar os casos submetidos pelos Estados-Partes e pela Comissão.
 - O Tribunal é um tribunal activista. Por exemplo: criou um mecanismo de supervisão de conformidade da sua jurisprudência; oferece uma ampla gama de reparações (pecuniárias e não pecuniárias).

PROBLEMAS NO SISTEMA:

- Crise económica que afecta as funções da Comissão. Caso Belo Monte vs. Brasil
- O Tribunal enfrenta problemas de cumprimento de suas decisões. Os Estados partes criticam o activismo do Tribunal.

SISTEMA EUROPEU DE DIREITOS HUMANOS

- Conselho da Europa: 47 Membros.
- INSTRUMENTOS
 - A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (1950).
 - Protocolos Adicionais à Convenção Europeia.
 - Carta Social Europeia (1961, versão revista 1996)

ORGÃOS

- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
- Comité Europeu dos Direitos Sociais

TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

- A Convenção criou originalmente uma Comissão Europeia e um Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Actualmente, a implementação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem é controlada exclusivamente pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A Comissão Europeia não existe mais (Protocolo 11, 1998)
- O Tribunal pode receber e examinar casos Inter-Estaduais e pedidos de qualquer pessoa, organização não governamental ou grupo de indivíduos que alegam ser vítimas de uma violação dos direitos garantidos pela Convenção ou seus Protocolos.
- PROBLEMAS: QUANTIDADE DE PETIÇÕES ATRAVÉS DO TRIBUNAL, RESISTÊNCIA (Hirst vs. Reino Unido)